

A INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA: A LENTA MODERNIZAÇÃO APÓS O CONSENSO DE WASHINGTON

Matheus Nascimento Moraes¹

RESUMO

A seguinte pesquisa teve como objetivo analisar as particularidades da inserção brasileira no modelo globalizado da economia no período pós-Consenso de Washington (1990-1999), quando o Brasil incorporou de fato o reajuste econômico e discursivo à sua realidade. Nesse sentido, em primeiro lugar, foi necessário fazer considerações referentes ao histórico de racionalidade econômica do Brasil diante do meio internacional; em segundo lugar, são discutidos o contexto, o conteúdo e os efeitos do documento nomeado “Consenso de Washington”; e, por fim, a análise se debruça sobre os meandros da Modernização do Brasil ao longo da década de 1990, momento no qual o país se via em meio a um contexto de crise econômica interna e, simultaneamente, precisaria se adaptar às transformações da economia globalizada. Em síntese, argumenta-se que a “democracia de mercado” implementada gerou frutos muito aquém dos esperados, dos quais algumas condições de fragilidade econômica foram subproduto, reforçando o caráter de dependente da condução do processo.

Palavras-chave: Inserção; Economia; Consenso de Washington; Modernização; Globalização.

INTRODUÇÃO

O surgimento dos mercados globais acarretou mudanças substanciais na realidade mundial. A ideologia neoliberal e a predominância dos mercados passaram a ditar o ritmo da economia internacional a partir da década de 1990, sobretudo por meio da intensificação das trocas entre países. Logo, gerou-se a necessidade de uma maior convergência de processos e regulações, o que aponta para a aproximação como uma das tendências históricas da época. No entanto, apesar do amplo crescimento econômico proporcionado pelo advento dos mercados globais, o aumento das assimetrias entre o centro do capitalismo e a periferia também se consolidou como uma das faces paradoxais da globalização.

Dessa forma, compreender a realidade específica de um determinado país demanda encarar o seu próprio contexto. Nesse sentido, em um mundo no qual as nações são qualificadas com base em seu grau de desenvolvimento econômico, um país denominado “em desenvolvimento”, tal como o Brasil, tem seus esforços políticos nacionais e internacionais determinados por essa condição. Além disso, essa missão se

torna ainda mais complexa se considerar-se o fato de que o mundo atravessava um momento de transição, e os países teriam que se adaptar de maneira eficiente aos novos padrões e processos a fim de minimizar eventuais prejuízos trazidos pela nova realidade.

Diante desse cenário internacional, o Brasil enfrentou dificuldades para encontrar uma doutrina que fosse capaz de guiar o país de forma segura rumo à sua internacionalização. Após o Consenso de Washington, o paradigma desenvolvimentista, que havia impresso continuidade e racionalidade à política exterior do Brasil por mais de sessenta anos, pareceu ser perdido à medida que a modernidade exigia mudanças. Portanto, buscar-se-á compreender como foi a adaptação brasileira à nova economia internacional durante o período pós-Consenso de Washington, não somente em termos dos paradigmas teóricos que orientaram os esforços brasileiros, mas também em termos materiais, observando-se quais foram os principais compromissos assumidos pelos tomadores de decisão da época e seus resultados. Ainda, pretende-se realizar uma breve discussão sobre o Consenso de Washington em prol do entendimento desse relevante momento da história

história econômica mundial. Por fim, cabe ressaltar que o processo de adaptação do Brasil à nova ordem econômica levou o país a acirrar condições de desigualdade não somente dentro da sua própria sociedade, mas também em relação às nações abastadas do mundo, gerando efeitos — ainda muito significativos atualmente — na sociedade brasileira e na posição do Brasil na economia mundial.

O PARADIGMA BRASILEIRO PRÉ-CONSENSO DE WASHINGTON

A condição brasileira de país em desenvolvimento, ou de Terceiro Mundo, como era chamado à época da Guerra Fria, engendra esforços para que se siga em direção à modernização desde 1930. Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a mobilização em prol do crescimento nacional torna-se, para além de uma política de governo, uma doutrina por si só, que passa a orientar a política externa do Brasil até 1989. Assim, dando forma ao que é chamado de paradigma desenvolvimentista. Sinteticamente, um conceito que contemplava, para os líderes dessa linha, essencialmente duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico (CERVO, 2008). O último deles

José Sarney, ao liderar um país em processo de redemocratização, percebeu que era preciso dar continuidade ao universalismo e à independência outrora aplicados na política externa (CORRÊA, 1996). Ainda, com relação ao desenvolvimentismo, Amado L. Cervo (2015) argumenta que:

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário, que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança (CERVO; BUENO, 2015, p. 489).

Ao longo da década de 1980, no entanto, o paradigma de política exterior vinculado ao desenvolvimento nacional atravessou um período de crises e contradições. De uma parte, os princípios fundamentais utilizados para materializar a busca do Brasil por seu interesse nacional foram mantidos, tais como a independência e o universalismo. De outra parte, as políticas econômicas instáveis aliadas às dificuldades produzidas pelos países desenvolvidos em relação às demandas do Terceiro Mundo se apresentaram como empecilhos ao ritmo crescimento (CERVO; BUENO, 2015). Dessa forma, assim como a maioria dos países em desenvolvimento, o Brasil passou a sofrer

os efeitos do novo sistema capitalista internacional, quando viu reduzida sua capacidade de influenciar seus rumos, quando o paradigma desenvolvimentista não mais era suficiente para buscar o interesse nacional.

O sistema internacional passou, então, a representar um obstáculo aos interesses brasileiros. Um marcante exemplo dessa realidade, era a nova divisão internacional do trabalho, que estabelecia que os países ricos pretendiam reservar para si o controle da informação e da tecnologia de ponta, o que iria produzir uma relação de dependência histórica entre as sociedades pós-industriais e a periferia, na qual os recursos do Terceiro Mundo seriam extraídos pelos países ricos (CERVO, 2015). Ainda, na década de 1980, o Brasil sofreu com o crescimento vertiginoso da sua dívida externa, que se deu pela captação de recursos para o desenvolvimento da base econômica na década de 1970 e pela contratação de empréstimos posteriores (CARDOSO, 1988). Some-se isso à instabilidade monetária e à estagnação econômica vivenciadas pelo país no mesmo período, e ganha forma o cenário de crise econômica pelo qual o Brasil passava.

Portanto, diante de um cenário econômico interno que consistia no

colapso, a estratégia desenvolvimentista tradicional foi substituída em 1989, pois entendia-se que ela havia sido um dos vetores das condições econômicas da época e não resistiria às transformações da nova ordem mundial (CERVO, 2015). No entanto, é válido ressaltar que, ainda que tenha deixado de ser o elemento dominante de sua racionalidade, o desenvolvimento não desapareceu da política exterior brasileira e continuou a ser o objetivo maior da política externa. O que mudaria, a partir de então, na estratégia brasileira, seriam os caminhos pelos quais esse objetivo seria perseguido.

O CONSENSO DE WASHINGTON

Ao final da década de 1980, a crise econômica do Brasil era apenas uma amostra particular de um momento vivenciado por toda a América Latina. Considerada a “década perdida” para o desenvolvimento, o crescimento econômico da região nesse período foi muito inferior aos anteriores, e as nações enfrentavam o grave endividamento externo, ao qual se aliavam os desinvestimentos, devido à crescente fuga de capitais tanto estrangeiros quanto nacionais, alimentando, assim, a

estagnação econômica, em meio a uma inflação descontrolada (BANDEIRA, 2002). Essa crise gerou impactos diretos na economia dos Estados Unidos, já que reduzia, substancialmente, a capacidade da América Latina de importar e de arcar com a dívida externa. Então, o *Institute for International Economics* promoveu uma conferência em 1989, que contou com a participação de oito países latino-americanos, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajuste para sua superação. O receituário resultante desse diagnóstico ficou conhecido como o Consenso de Washington.

Naquela ocasião, o economista John Williamson apresentou um documento com dez propostas de reforma econômica que buscavam a estabilização monetária e a retomada das leis de mercado, tais como: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990). Sinteticamente, o teor das propostas era

de cunho liberal, ortodoxo e resumia-se na ideia de que o Estado se retirasse da economia, tanto como empresário quanto como regulador.

A ideia central do manifesto realizado por Washington foi, em essência, fundamentalmente oposta ao modelo de industrialização por meio da substituição de importações implementado pelos países em desenvolvimento, nos quais o Estado deveria desempenhar o papel de ator ativo na economia (WILLIAMSON, 2004)². No entanto, de acordo com Portella Filho (1992), o diagnóstico das causas que conduziram a região à extensa crise foi equivocado porque a política econômica já não era tão estatizada como no passado, muitos projetos industriais já contavam com a participação de empresas e organizações multinacionais, assim como bancos estrangeiros. No Brasil, por exemplo, a industrialização já se dava através de capital transnacionalizado. Argumentava-se, também, que o Estado teria ocupado áreas relevantes ao investimento privado com a criação de empresas públicas, debruçando-se no argumento do Estado ineficaz. Além disso, a América Latina foi atingida por fortes choques externos devido ao processo de abertura.

Dessa forma, torna-se possível com-

preender como os países da América Latina permaneceram com suas economias em crise até o final dos anos 1990. Os parâmetros oferecidos por uma análise imprecisa do cenário, aliados a decisões inadequadas de política interna e soluções que correspondiam mais a interesses políticos e ideológicos do que ao restabelecimento da economia latino-americana, foram os fatores que encaminharam o Consenso de Washington a um desempenho decepcionante. O próprio autor das propostas John Williamson reconheceu que o manifesto não foi capaz de alertar sobre alguns riscos que os países enfrentariam ao implementarem as mudanças, assim como negligenciou reformas institucionais e enfocou o crescimento de modo muito estreito (WILLIAMSON, 2004). O que o documento exigia para a América Latina era que ocorresse uma reformulação completa no modo tradicional como a região abordava a política econômica. Já afirmou-se neste texto que o Brasil havia iniciado seu processo de transnacionalização da economia, mas é evidente que esse movimento ainda era incipiente. A tradição desenvolvimentista consistia em uma política mais independente, que não submetia seu projeto de desenvolvimen-

to nacional às demandas hegemônicas da superpotência, como fez a partir de 1990, mas que executava um plano adequado às suas necessidades e características individuais.

A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

A vitória do capitalismo sobre o socialismo torna a agenda democrática neoliberal hegemônica na cena internacional, gerando movimentos reformistas no mundo em desenvolvimento, entre os quais pareceram ganhar peso questões econômicas, comerciais, de competitividade, fluxos tecnológicos, investimentos, fluxos financeiros e temas que compõem o soft power de um país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Além disso, o arrefecimento das tensões Leste/Oeste, impulsionado pelo fim da Guerra Fria, acarretou em uma perda da força da agenda de segurança e trouxe à tona, na década de 1990, novos temas e agendas para os foros e discussões internacionais, tais como o meio ambiente, direitos humanos e democracia. Dessa forma, o Brasil inicia a sua década de 1990 com o desafio de consolidar, de modo estratégico, a sua inserção em um mundo que se notabiliza pela reavaliação de seu conjunto de valores de forma ampla.

A partir da década de 1990, tanto a economia como a sociedade brasileira avançaram bastante em direção ao capitalismo ocidental: reformas de mercado consolidaram as bases para uma economia que funcionaria em maior conformidade com os mecanismos de mercado do que com as regulamentações do Estado. Com início no governo de Fernando Collor, passando por Itamar Franco e atingindo seu ápice em forma e em força política ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a ideologia neoliberal acomodou-se no cerne da elite política dos anos 1990. Com efeito, reduzir o tamanho do Estado, promover a abertura da economia, privatizar empresas estatais e controlar os gastos públicos começaram a se tornar as palavras definitivas do Estado brasileiro (PAULANI, 2006).

Esta mudança de rumos viria para consolidar os esforços da inserção internacional brasileira, uma vez que, durante a década de 1980, os processos produtivos haviam se internacionalizado. Portanto, o Brasil precisava acompanhar o movimento da economia global para que não ficasse de fora das novas cadeias produtivas mundiais. Para tanto, adotou uma agenda liberalizante, concretizada nos planos Collor I e Collor II, que

consistia no bloqueio de ativos financeiros, o congelamento de preços ou ainda, o começo da reforma do Estado ao fechar diversas autarquias e colocar em “disponibilidade” cerca de 200 mil servidores federais, além da abertura comercial através da redução de impostos de importação e outras barreiras comerciais (MATTOS, 2015). No entanto, segundo Batista (1993) a reforma liberalizante gerou resultados mais próximos de:

[...] receitas macroeconômicas de austeridade de altos custos sociais e mesmo políticos, em termos de recessão e de desemprego; deixa, inclusive, transparecer satisfação de punir o industrial nacional, ao proceder a um desarmamento tarifário unilateral que coloca os interesses do fornecedor estrangeiro e do consumidor brasileiro de alta renda à frente dos interesses da economia como um todo, de empresários e, em particular, de trabalhadores (BATISTA, 1993, p. 209).

Dessa forma, o objetivo da política externa do governo Collor, em que se organiza uma estratégia de levar o Brasil “ao Primeiro Mundo”, buscou deixar para trás as perspectivas de “Brasil Potência” e “terceiro-mundista” que vinham se consolidando em governos anteriores (MATTOS, 2015). Contudo, considerando-se elementos como a alta inflação e o desemprego, que voltaram a subir após a implementação das reformas, é válido afirmar que a adesão

do país ao receituário de Washington, a abertura comercial e o processo de privatização, tal como ocorreram, foram responsáveis por fragilizar a posição internacional do Brasil e a perspectiva de um desenvolvimento mais autônomo (BATISTA, 1993). Portanto, na medida em que Fernando Collor fez de sua “reforma modernizadora” um reflexo das recomendações do centro hegemônico mundial (FMI e Banco Mundial), as quais não se adequaram às condições econômicas do Brasil, observa-se que a inserção inicial do país à Nova Ordem Mundial se deu, de fato, de modo subordinado, ainda que o objetivo primário do governo Collor buscase a autonomia.

Após seu *impeachment* em 1992, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo do país em situação econômica instável. Seus dois anos de mandato ficaram marcados principalmente por imprimir continuidade às reformas liberalizantes de Collor, porém de maneira mais moderada, pois, por exemplo, conduzia as privatizações de modo que a presidência da república pudesse ter mais controle sobre o processo, realizando-as de forma mais lenta e seletiva (SALLUM JÚNIOR, 2020). O programa de abertura comercial ao exterior também teve continuidade, foi

mantido o cronograma de redução de tarifas alfandegárias que havia fixado. Ademais, é importante destacar que com o Plano Real— plano de estabilização econômica lançado em 1994— Itamar Franco, aliado a Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, foram capazes de implementar as medidas bem-sucedidas no objetivo de estabilizar a economia brasileira e fornecer uma solução à crise da hiperinflação (SALLUM JÚNIOR, 2020).

O subsequente período presidencial, no qual FHC assumiu o comando da nação, ficou marcado historicamente como um momento de materialização da inserção brasileira internacional de modo mais consistente, através da retomada da presença brasileira nos grandes foros multilaterais, adesão aos regimes internacionais e pela compreensão das novas agendas pelo corpo diplomático brasileiro. Em linhas gerais, a gestão FHC notabilizou-se pela consolidação e pela sofisticação de uma política inicialmente formulada e praticada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ao contrário do modelo anterior, a gestão FHC se propôs a modificar a ideia central da política externa brasileira, abandonando a autonomia pela distância— em que o Brasil atuava de modo mais reativo no sistema internacio-

nal— e implementando o modelo de autonomia pela integração, que consistia em participar mais ativamente na organização e na regulamentação das relações internacionais nas mais diversas áreas (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Nesse sentido, a perspectiva que norteava os esforços de FHC era a de tornar o Brasil um *global trader*. Para tanto, o país deveria ampliar o poder de controle sobre o seu destino. Assim, a política externa viria contribuir para a resolução da agenda interna de desenvolvimento e de crescimento, ajudando a superar os problemas sociais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Assim sendo, os esforços empreendidos por FHC na linha da convergência com o novo sistema hegemônico mundial, tais como a liberalização econômica, a adesão aos regimes internacionais e a reorganização da estrutura política interna do Brasil para “acomodar” os grandes temas, ocorreram dentro de uma lógica que visava a estabelecer o Brasil como um ator global. Dessa forma, seria possível concretizar a inserção brasileira de modo seguro, ao passo que o objetivo de desenvolver a nação ainda seria sustentado.

Todavia, apesar do êxito em implementar as reformas tanto intelectu-

almente quanto de maneira concreta, cabe ressaltar que os resultados esperados não foram atingidos. As reformas sugeridas como soluções pelo Consenso de Washington foram empreendidas no Brasil ao longo de toda a década de 1990, mas os resultados ficaram aquém do ideal. Segundo Teixeira e Pinto (2012), as reformas de FHC:

[...] produziram uma situação de instabilidade macroeconômica permanente, [...] dada a elevada vulnerabilidade externa da economia no período, abalada frequentemente pelas turbulências do mercado financeiro internacional, às quais se respondia com juros elevados (para atrair o capital estrangeiro ou desestimular sua fuga) e contenção de gastos e investimentos públicos. Isso conduziu à explosão da dívida pública externa e principalmente a interna. O resultado foi a expressiva queda da formação bruta de capital da economia como porcentagem do PIB, entre 1995 e 2002, elevado desemprego e baixas taxas de crescimento, além da deterioração fiscal (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 916).

Evidencia-se, portanto, a dependência brasileira dos investimentos das potências econômicas, especialmente dos Estados Unidos. Uma vez que, se por um lado, a realização das reformas que correspondiam ao Consenso de Washington geravam algum dinamismo econômico, por outro— dado que os países periféricos passam a serem vistos não como oportunidades para investimentos produtivos, mas sim como

plataformas de valorização financeira— a aguda afluência de investimentos externos conduziu não a um novo ciclo de investimentos industriais e crescimento econômico, mas sim a uma fragilidade financeira externa e à instabilidade macroeconômica permanentes.

Reitera-se, então, que ao longo dos anos 1990, o peso que a corrente neoliberal ganhou por conta da vitória americana na Guerra Fria foi fator definitivo. No caso brasileiro, o modelo do Estado participativo e altamente protecionista economicamente entrou em crise, pois não haveria, a partir de então, modo de tornar essa postura sustentável e ser competitivo no capitalismo moderno. Nos anos seguintes, a tendência foi de adaptação aos parâmetros internacionais para evitar que o Brasil ficasse isolado dos processos mundiais. No entanto, a partir do que foi exposto, verifica-se que a inserção internacional brasileira na década de 1990 se deu de forma subordinada aos interesses hegemônicos da superpotência. Se assumir-se uma perspectiva ampla desse período, o Brasil não aumentou de forma considerável suas taxas de crescimento econômico, mas produziu endividamento externo, desemprego e deterioração fiscal, ao passo que serviu de instrumento de

capitalização financeira para a superpotência.

UM PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DA DÉCADA DE 1990

À guisa de uma análise mais ampla a respeito da política externa durante a década de 1990, importa explicitar duas derradeiras reflexões sobre potenciais incorreções e adversidades que foram capazes de exercer influência na inserção internacional brasileira na década de 1990 e, quiçá, na própria realização do projeto nacional de crescimento econômico e projeção internacional. A primeira, de perspectiva fundamentalmente divergente do modelo implementado, remete ao modo caótico, em certa medida, como o país lidou com a adaptação aos desdobramentos do sistema internacional. Com a crise da racionalidade desenvolvimentista, a instabilidade de pensamento e estratégia externa dominaram o Itamaraty até a chegada de FHC ao poder (CERVO, 2015). Portanto, durante a década de 1990, a racionalidade da política externa brasileira não foi homogênea, e Amado Luiz Cervo (2015) argumenta que é possível identificar três linhas de força de ação externa durante o período: o desen--

volvimentismo, o Estado Normal e o Estado Logístico.

A dança dos paradigmas, ou a coexistência de mais de uma linha de pensamento em um mesmo período histórico, representa as dificuldades que o Itamaraty enfrentou para assumir uma posição no novo formato do sistema internacional (CERVO, 2015). Em um momento inicial, é possível observar resíduos do pensamento desenvolvimentista em crise, contudo, a ascensão de governos neoliberais por toda a América Latina marcou a ruptura com o paradigma desenvolvimentista e o surgimento do *Estado Normal*, que consiste em um modelo que possui três parâmetros de conduta: subserviente, pois sujeita-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; destrutivo, uma vez que dissolve o núcleo central da economia nacional; e regressivo, já que reserva para a nação o setor primário da iniciativa privada nacional (CERVO, 2015). Dessa forma, cabe considerar que as reformas promovidas por Fernando Collor e FHC foram, sobretudo, os pivôs de uma série de danos causados à autonomia econômica e política do país.

Por outro lado, entender de modo mais amplo as percepções deixadas pelas reformas realizadas pelo Brasil impõe considerar, também, a perspectiva que o

setor neoliberal tem da década de 1990. Nesse sentido, Viola e Leis (2007) argumentam que as condições para um crescimento econômico sustentável dependem de quatro elementos, quais sejam: inflação baixa e estável, equilíbrio intertemporal fiscal e do balanço de pagamentos com abertura econômica crescente e baixa carga tributária. No entanto, o fato é que o processo de amadurecimento do Brasil com relação a esses elementos se dá de forma lenta, uma vez que o Brasil detém uma das maiores cargas tributárias do mundo— o que desestimula investimentos de produção e reduz a produtividade da economia— e ainda é bem disseminada no país a ideia de que a balança de pagamentos somente é considerada “saudável” se estiver repleta de superávits, mas não necessariamente significa equilíbrio fiscal intertemporal, já que o país ainda apresenta considerável déficit nominal e grande estoque de dívida, sendo o crescimento contínuo das exportações e importações uma solução mais eficiente (VIOLA; LEIS, 2007).

De modo paralelo, houve reformas sugeridas pelo Consenso de Washington, de ordem primária e secundária, que não foram implementadas pelos países latino-americanos tanto porque deliberadamente optaram por não as

implementar quanto por conta de fatores que dificultaram sua execução. De acordo com Williamson (2004), o mercado de trabalho se tornava cada vez mais marcado pela informalidade, a reforma fiscal não foi executada de maneira suficiente a ponto de gerar as reservas de capital para passar por momentos difíceis e havia toda a agenda de reformas de segunda geração, envolvendo o fortalecimento das instituições que garantam as bases para o crescimento voltado para o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que fica claro, ao observar-se as análises de ambas as linhas de pensamento, é que a reestruturação pró-mercado da política brasileira não foi capaz de atender as demandas tanto do grupo desenvolvimentista quanto do grupo neoliberal. O investimento no modelo hegemônico que Viola e Leis (2007) chamam de democracia de mercado não gerou os frutos esperados muito em função da imaturidade brasileira em relação aos conceitos liberais de mercado, o que implicou reformas incompletas que geraram condições de fragilidade econômica. Portanto, reitera-se a compreensão de que o processo de

inserção do Brasil à nova ordem econômica mundial foi conduzido de maneira dependente da superpotência americana, produzindo altos custos econômicos e sociais.

NOTAS

¹ Graduado em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
E-mail: matheusmoraes85@gmail.com

² Portella (1992, p. 103) afirma que: “O cerne das críticas foi centralizado no papel do Estado, visto como sufocante. Investimentos públicos excessivos teriam provocado escassez na poupança disponível para o setor privado. Empresas públicas assumiram setores que poderiam ter sido ocupados pelo setor privado. A proteção do Estado às empresas nacionais teria reduzido sua competitividade externa, desestimulando as exportações. A América Latina passou a ter pouca moeda estrangeira para financiar seu desenvolvimento”.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 135-146, dez. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292002000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

BATISTA, Paulo N. A Política Externa de Collor: Modernização ou Retrocesso? **Revista de Política Externa**, [S.L.], vol. 1, n.4, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relatório**. Brasília: Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, 1988.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5.ed. rev. e amp. Brasília: UnB, 2015.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (org.). **Sessenta Anos de política Externa Brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 512-560.

MATTOS, Thais Caroline Lacerda. **O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992)**. 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/oprojeto-da-reforma_thais-caroline.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107. ISBN: 978-85-7541- 612-9. doi: 10.7476/9788575416129.0004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 32, p. 101-132, abr. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451994000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XWq9bmGTrn69ZtbkQy39zCm/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021

SALLUM JÚNIOR, Brasília. O Governo de Itamar e a Democracia de 1988. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol.11, n.1, p. 279-303, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n1>. Disponível em: http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wpcontent/uploads/2021/04/v11n1_completa.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** 2012.

Disponível em:

https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2012/006_2012_IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702003000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. **Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina.** Florianópolis: Insular, 2007.

WILLIAMSON, John. **The Progress of Policy Reform in Latin America**, Washington, DC: Institute for International Economics, January, 1990, p. 9-10.

WILLIAMSON, John. Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (orgs.) **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma da América Latina.** São Paulo: Saraiva, 2004.